



“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele foi’, mas apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela brilha no instante de um perigo.”

Walter Benjamin (Teses sobre a História)

Abrimos esta apresentação do mais recente número da **Retratos de Assentamentos** (o primeiro volume da edição 28) refletindo sobre o que, na obra do mais lírico dos pensadores de Frankfurt, ficou conhecido como o fenômeno da *conden-*

sação dos tempos – uma ruptura da linearidade histórica em prol de uma reapropriação crítica de eventos passados, sobretudo momentos de crise (“apropriar-se... no instante de um perigo”). Tal reflexão nos foi estimulada justamente pelo tempo presente e suas relações especiais com o passado – não tão distante – das lutas democráticas no país.

Isto porque, neste ano de 2025, muitas efemérides significativas para a democracia e a luta dos trabalhadores do campo coincidem, configurando um conjunto de paralelos (também uma “condensação”?) que nos parece revelador dos desafios e tensões do tempo presente. Há 40 anos, em 1985, vivíamos o ano da eleição e posse do primeiro governo civil pós golpe de 64 no país. Depois da mobilização social histórica das “Diretas Já!”, em 1984, a construção de uma transição cheia de percalços - e, talvez, até inconclusa (vide a revivescência dos apelos às Forças Armadas, para “endireitar” o Brasil) - mas, sem dúvida, definidora dos caminhos da democracia brasileira neste longo ciclo político, levou à chapa Tancredo-Sarney (a “Aliança Democrática”), sua eleição em janeiro de 85 e à posse de Sarney, inaugurando a “Nova República”.

Paralelamente, os trabalhadores rurais, cujas organizações foram desmanteladas ou vinham de anos de silenciamento, partiam para um ciclo de ascensão decisivo para as lutas futuras. Nesse ciclo, a reforma agrária passou a ter um lugar central tanto nas pautas sociais quanto nos debates políticos. Se em 1984 (há 41 anos), aconteceu as “Diretas Já!”, também ocorreram o primeiro Encontro Nacional do MST – dando início ao processo de constituição da organização mais emblemática da luta dos trabalhadores rurais desta quadra histórica – e o chamado “Levante de Guariba”, movimento dos assalariados rurais do interior paulista (os bóias-frias) cuja importância histórica merece ser destacada.

Cabe, aqui, uma outra referência, que ora completa não 40, mas 50 anos: a fundação, em 1975, da Comissão Pastoral da Terra – verdadeiro fermento das lutas camponesas posteriores em diferentes regiões do país. Essa importante agência de mediação – e, por muito tempo, de suplência das organizações de trabalhadores do campo – estará na raiz, tanto da formação do MST quanto das manifestações de Guariba dez anos mais tarde. Um dos ramos mais frutíferos da chamada “opção preferencial pelos

pobres”, defendida pelo episcopado latino-americano na maré do Concílio Vaticano II, a CPT teve um protagonismo muitas vezes silencioso, formando e estimulando lideranças e organizações do campo, bem como contribuindo para o aprofundamento da democratização nos anos 1980 e 90.

Tal reminiscência nos faz voltar à conjuntura política nacional de 40 anos atrás: se a luta pela eleição presidencial direta redundou na eleição (indireta) de Tancredo/Sarney, no mesmo mês deste evento em direção à democracia - janeiro de 1985 - novamente os bóias-frias de Guariba e região se mobilizaram, protestando contra os péssimos termos das negociações de 1984 e – ao final – contra sua situação de penúria e fome. Essa recidiva das angústias e dos protestos no rural paulista se prolongará pelas próximas décadas, prova incontestada de que a riqueza e a modernização do “agro” deixam um rastro de pobreza e exclusão marcante até os dias de hoje.

A luta pela democracia e o processo de sua instalação plena no país claramente passaram pela temática da reforma agrária. Em outubro de 1985, o governo da “Nova República” aprova o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), cuja consecução foi claudicante frente ao bloqueio sistemático por parte dos setores ruralistas (tanto os “atrasados” quanto os “modernos”, diga-se de passagem). Mas, não deixa de ser significativo que, ainda no primeiro ano da redemocratização – há 40 anos atrás – a demanda por terra, oriunda dos mais diversos segmentos de trabalhadores rurais, constituiu essa importante política pública nacional.

Novamente em paralelo - e em função do histórico de lutas e das tensões evidenciadas a partir de Guariba - o governo estadual paulista (liderado por Franco Montoro) se antecipa ao I PNRA e, através de programas emergenciais, inicia um processo de assentamento de trabalhadores rurais nas fazendas sob gestão da Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo - CODASP. Ainda em 1985, os Núcleos I e II do Assentamento Monte Alegre são instalados, inaugurando a “reforma agrária” na região Central do Estado de São Paulo. Mais do que um paralelo, podemos afirmar que, neste caso, temos a incidência de um processo maior no âmbito da escala regional.

Voltando ao presente, em julho deste 2025, os trabalhadores moradores no Assentamento Monte Alegre (muitos, participantes das lutas da Guariba inclusive) celebraram os 40 anos de suas lutas. Momento de alegria, muita emoção e “reminiscências”. Segundo Benjamin, “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer”. Que essas reminiscências de um dos capítulos mais intensos das lutas sociais iluminem o perigoso momento presente, afinal, ainda segundo o filósofo alemão, “esse inimigo não tem cessado de vencer”...

--ooOoo--

Convidamos você, leitor(a), a explorar os trabalhos aqui reunidos, nesse espírito - com as reminiscências das lutas passadas em mente - para que a leitura possa ser mais do que um exercício intelectual, mas que haja um convite para transformar o conhecimento aqui apresentado em ações comprometidas com um futuro resiliente e mais justo.

Nesta edição, abordamos desde a força das agricultoras que processam alimentos

Ferrante *et al.*

em assentamentos rurais e o uso criativo de resíduos como fonte de energia, até o papel transformador – bem como as tensões e desafios - de diferentes programas governamentais. Destacamos, ainda, a agroecologia como perspectiva recorrente dos estudos aqui reunidos, acrescida de discussões sobre legislação e planejamento socioambiental, a educação contextualizada e a sempre presente “questão agrária”.

Em nosso percurso, o primeiro trabalho versa sobre uma metanálise sobre organizações de mulheres assentadas dedicadas ao processamento da produção que, em 23 estudos, indica cinco categorias interligadas: relações de gênero; organização social e produtiva; políticas públicas de desenvolvimento rural; economia solidária; e agroecologia —, demonstrando como a ação coletiva propicia a segurança alimentar e a permanência familiar no campo. Também na esteira dessa perspectiva de resistência, o segundo estudo mergulha no cotidiano do Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Porto Seguro (Marabá/PA), no qual, a partir de fontes documentais e entrevistas, evidencia-se o mesmo protagonismo na operacionalização de saberes tradicionais e práticas agroecológicas como estratégia de enfrentamento e autonomia econômica.

Dando prosseguimento aos trabalhos aqui reunidos, temos uma reflexão sobre o Projeto de Assentamento Monte Alegre (Araraquara/SP), onde o cultivo de temperos culinários e plantas medicinais emerge como forma de preservação cultural e ambiental, contrapondo-se ao dualismo simplista “desenvolvimento econômico *versus* conservação da natureza”. A articulação entre teoria e prática se estende também ao exame do **AgroResidência**, programa de residência profissional agrícola que combina formação técnica e engajamento social, apontando diretrizes para que estágios em sistemas agrícolas sustentáveis influenciem tanto a inserção profissional dos recém graduados quanto as práticas de ensino dos cursos de agronomia.

Em continuidade, apresentamos o estudo sobre a viabilidade de geração de metano e eletricidade em uma fazenda leiteira que utiliza o sistema Compost Barn no pastoreio de 126 animais. Ali, o uso de biodigestores não só reduz impactos ambientais dos dejetos como também diminui custos de energia, reafirmando o valor dos resíduos como recurso estratégico para a sustentabilidade econômica e ambiental. A coesão entre inovação técnica e organização comunitária, por sua vez, fica evidente na análise da COPERJUNHO, cooperativa de um assentamento paranaense que, por meio de produção orgânica, estabeleceu um projeto educativo baseado em princípios agroecológicos, fortalecedor de vínculos comunitários e facilitador da comercialização local.

O olhar sobre a educação do campo avança, também, com o relato das atividades extensionistas conduzidas pelo Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) - da Unesp de Franca/SP - na Escola Leonor Mendes de Barros, em Restinga/SP, na qual a transição de um currículo urbanocêntrico para um outro, contextualizado no assentamento rural revela o papel transformador da educação ambiental na consolidação da identidade campesina. Essa dimensão pedagógica, por outro lado, dialoga com o estudo sobre a gestão da extensão rural em São Paulo, particularmente à vinculada ao Programa Microbacias Hidrográficas, operacionalizado pela CATI em parceria com o Banco Mundial – um verdadeiro laboratório para compreendermos como modelos de cooperação internacional podem ser adaptados localmente com resultados positivos.

Apresentamos, a seguir, estudo sobre o Projeto Agroflorestar, no Assentamento Mario

Apresentação

Lago (Ribeirão Preto/SP), potencializador da formação de comunidades epistêmicas através de vivências ecopedagógicas, tornando as agroflorestas ali cultivadas alicerces de um conhecimento agroecológico coletivo. Seguindo nesta lista de artigos, discute-se, a seguir, a importância das geotecnologias no mapeamento das Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais em diferentes tipos de assentamentos rurais - revelando variações na regeneração e degradação florestais, sublinhando a urgência de recomposição florestal em conformidade ambiental, para consolidar a justiça ecológica através da reforma agrária.

Ainda falando da justiça socioambiental, o trabalho seguinte discute os desafios e os impasses do Contrato de Concessão de Direito de Real de Uso (CCDRU), demandado pelas comunidades tradicionais amazônicas articuladas no Fórum Diálogo Amazonas. Ali, a regularização de 13,7 milhões de hectares para uso coletivo, exigem harmonização com a jurisprudência interamericana de direitos humanos, constituindo-se em novo desafio para a organização cidadã. Finalizamos esta edição com a sempre presente questão agrária, mediante uma análise marxista das lutas sociais do campo estudadas na obra de José de Souza Martins – um decano da sociologia rural e forte inspirador do Nupedor.

Em conjunto, esses trabalhos compõem um panorama multidimensional da luta pela terra, celebrando principalmente o papel dos assentados e assentadas no aprofundamento da democracia e da justiça ambiental. Boa leitura.

Os Editores